

BELÉM: FORMA METROPOLITANA E COTIDIANIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Departamento de Geografia/UFPA

Resumo: A configuração da forma metropolitana em uma cidade amazônica como Belém, representa não só a irrupção de uma outra forma espacial – a da cidade ribeirinha – há muito relacionada à paisagem natural dominante, a exemplo da grandiosidade das vias fluviais, como também a implosão de relações, de modos de vida, de hábitos, de valores, de conteúdos sociais que, mesmo inseridos em uma ordem maior, revelavam particularidades estreitamente vinculadas à natureza do homem amazônico. A visualização dessas transformações, à luz de reflexões sobre a possibilidade de existência de uma “sociedade urbana”, e a dinâmica da “vida cotidiana no mundo moderno” colocam-se como elementos centrais de discussão do presente trabalho.

Palavras-chave: forma metropolitana, cotidianidade, sociedade urbana, modos de vida, Amazônia.

BELEM: METROPOLITAN CONFIGURATION AND DAILY LIFE IN BRAZILIAN AMAZONIA

Abstract: The configurational pattern of the metropolitan area of an Amazon city such as Belem, does not only reflect the spatial implosion of a riverside city; it is also closely related to a naturally dominant landscape, encompassing the grandeur of its fluvial pathways, as well as the implosion of relationships, lifeways, habits, values and social content, that once embedded in a larger domain, reveal peculiarities specific to the nature of Amazon urban people. An analysis of these transformations, focusing on the possible existence of an “urban society”, as well as “daily life in the modern world”, appear as key elements in this article.

Key words: metropolitan form, daily life, urban society, lifeways, Amazonia.

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada.

A cidade não é feita disso, mas de relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado.

(Italo Calvino)

A definição da forma urbana e metropolitana no espaço amazônico de hoje, insere-se num movimento de produção – no sentido amplo do termo – a que se coloca em níveis mais gerais da sociedade. A convivência de uma acumulação de técnicas e de tempos diferentes culmina com a existência de conflitos de tecnologias, de temporalidades e de modos de vida diversos, que são frutos de uma

Trabalho apresentado durante o VI Encuentro de Geógrafos de America Latina, realizado em março de 1997, Buenos Aires, Argentina.

inserção gradativa e de transformação do espaço regional face ao movimento de reprodução social mais amplo.

A ruptura de uma tendência à forma urbana predominantemente ribeirinha e a urbanização concentrada nas principais cidades amazônicas, a partir da década de sessenta, caracterizaram o primeiro momento de um processo que atribui à Amazônia um papel importante nesse processo mais recente de reprodução em nível global, responsável também pelo crescimento urbano de cidades mais antigas, como Belém (Estado do Pará) e Manaus (Estado do Amazonas).

Mas o urbano, nesse processo, não pode ser entendido apenas como um fato, mas também como um modo de vida que passa a se instalar na região, revolucionando estilos, conteúdos e formas, principalmente nas últimas décadas. Destaca-se, nesse sentido, a dialética da relação forma-conteúdo, tantas vezes referenciada na teoria social, para mostrar a natureza social do espaço, e em especial, do espaço urbano capitalista.

Nessa interpretação, o espaço não é tido como substrato neutro ou simples receptáculo da sociedade, mas produto, condição e meio de reprodução das relações sociais. É nesse sentido que a reprodução da vida da e na cidade, hoje, é feita em um contexto de uma "sociedade urbana" que é, no dizer de Lefebvre (1970), ao mesmo tempo real e virtual. Trata-se, na verdade, não de uma sociedade que apenas faz da cidade seu *locus* de existência, mas que reproduz um "gênero de vida", cujas referências sociais pressupõem o urbano e buscam difundi-lo de maneira generalizada.

Nesse contexto, o espaço urbano capitalista, como instância da sociedade, assimila conteúdos, conflitos e contradi-

ções que marcam as relações sociais contemporâneas. O domínio da relação espaço-tempo coloca-se como elemento estratégico no seio desses conflitos e contradições. Na Amazônia essa dinâmica não é diferente.

O processo vivenciado por Belém nesse contexto é objeto de discussão do presente trabalho, que, numa formulação preliminar e introdutória, procura destacar as mudanças da forma urbana e de seu conteúdo respectivo, a partir da dinâmica que marca aquilo que estamos chamando de metropolização, ou seja, o processo que configura a forma e a vida metropolitana.

FORMA METROPOLITANA E COTIDIANIDADE

A forma se separa do conteúdo, ou antes, dos conteúdos

Assim libertada, ela emerge pura e transparente: inteligível

E tanto mais inteligível quanto mais decantada estiver de conteúdo, quanto mais 'pura' estiver. E aqui surge o paradoxo...

Na sua pureza ela não tem existência. Não é real, não existe

(Henri Lefebvre)

Para quem chega a Belém por via fluvial, o primeiro contato com a paisagem urbana é, no mínimo, surpreendente. Há um contraste imenso flagrado pelo olhar, que observa a imediata substituição da densa floresta verde que ladeia os rios, os igarapés e os paranás por uma massa de concreto, densa, que disputa com a grandiosidade das formas naturais a atenção do observador. Seus espigões modernos parecem emergir, em forma de ilha, do fundo das águas barrentas, bastante características dos cursos fluviais que carregam os sedimentos da planície amazônica.

Esse primeiro contato já denuncia a existência de um outro tempo e de um outro espaço que contrasta com o ritmo da natureza amazônica e com o modo de vida dos povos que habitam a floresta. A cidade denota uma forma espacial moderna, que parece negar ritmos e processos outros que, mesmo próximos, lhes parece remotos. É essa a primeira imagem que se tem do espaço urbano belenense, a de sua paisagem, muitas vezes revestida de aparências.

Mas não é somente da paisagem em si que se quer mencionar com essas imagens. Conforme nos adverte Santos (1988), a paisagem, ainda que seja integrante do espaço, não se confunde com este, visto que diz respeito principalmente às percepções e sensações captadas pelos nossos sentidos. É, como no dizer de Santos, comparado a uma fotografia, estática e momentânea. A noção de espaço, que inclui a noção de paisagem, pressupõe um **sistema de objetos** e formas espaciais, revelado parcialmente pela paisagem, e um **sistema de ações**, decorrente do dinamismo próprio da sociedade.

Ao se mencionar uma forma metropolitana que se configura na Amazônia, quer-se falar, tomando como ponto de partida a configuração da paisagem, de um espaço, do qual essa mesma paisagem é parte integrante, e que traduz a lógica de um sistema de ações que revela particularidades locais, mas que se mostra em plena sintonia com um movimento de reprodução social originado em escalas mais amplas do espaço.

Nesse contexto, instalam-se, em níveis locais, ritmos, tempos, movimentos, símbolos, representações, enfim, uma nova dinâmica, que muda não só uma estrutura espacial anterior, mas, e principalmente, uma forma de viver e de se

relacionar, que hoje não pode ser mais encontrada, senão como resíduo desse novo processo que se instala na região.

Fala-se aqui do cotidiano, do lugar e da cotidianidade como níveis de análise da totalidade, acompanhando o movimento que lhes dão ritmo. Por que lidar com essas dimensões da vida metropolitana e da vida moderna?

Em primeiro lugar, trata-se de mostrar como se produz uma vida metropolitana e suas programações cotidianas em uma região como a Amazônia, e, em segundo, entender a cotidianidade a partir da questão da reprodução, do processo reprodutivo, como um complicador no exame da totalidade da vida moderna, produzida pelo modo de produção desigualmente desenvolvido. É, por isso, uma dimensão que não lhe é alheia, muito menos marginal, embora seja desigual a outros setores, momentos e situações dessa mesma forma de produzir, permitindo, como simulacro da vida plena, o funcionamento do modo de produção (Damiani, 1995).

Esse nível de análise é também perseguido por Gottdiener (1993), quando constrói metodologicamente a necessidade de examinar as relações hierárquicas, conjuntas e contíguas; uma combinação de estrutura (movimentos gerais) e ação (papel dos agentes locais), responsável por definir a vida cotidiana em ambientes metropolitanos.

A produção da forma metropolitana combina-se à produção de um novo estilo urbano de viver, aderente e, ao mesmo tempo, coagido pela forma espacial que se impõe. A organização interna da cidade parece obedecer a um padrão que se racionaliza. Talvez seja essa a idéia principal de que trata Lefebvre (1991), ao falar da “sociedade burocrática de consu-

mo dirigido”, em que o cotidiano, todo ele, é programado, racionalizado e inserido no movimento de reprodução social capitalista, sendo que a forma urbana e, mais ainda, a forma metropolitana, sinônimo de simultaneidade, presta-se ao reforço desse processo, instaurando uma “sociedade urbana” e moderna, na qual a organização da vida cotidiana é um pressuposto:

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as auto-regulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade será o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade (Lefebvre, 1991, p. 81-2).

O sentido dessa argumentação é a necessidade de explicar a programação do cotidiano na vida moderna, que se dá a partir da persuasão e da coação, ainda que muitas vezes isso aconteça por meio de dissimulações, através das quais são modificadas as modalidades de repressão, seus procedimentos, seus meios e os suportes destes. Objetiva-se, com isso, à estabilidade, à manutenção de suas próprias estruturas e condições de sobrevivência, sendo um de seus suportes objetivos à organização da vida cotidiana.

Como simultaneidade, o urbano torna-se, então, espaço fundamental e estratégico a essa programação da vida cotidiana, pois condensa paisagens, define acessibilidades, viabiliza fluxos, projeta modos de vida e busca difundi-los.

Na metrópole, a programação do cotidiano parece ganhar projeção. Diferentemente da grande cidade – a pólis – que existiu na Antigüidade, a metrópole é uma criação do modo de produção capitalista (Silva, 1982) em um determinado momento de sua história. É, portanto – a diferentemente da grande cidade que é um fenômeno milenar –, um fenômeno surgido com a modernidade.

A complexidade dessa forma urbana, produto da modernidade, não nos permite mencionar apenas um elemento responsável por sua definição. É nesse sentido que Lavinhas (1990), tomando por base vários autores, elenca alguns elementos de sua caracterização, a saber: a) o fato de ser expressão materializada das novas formas econômicas (oligo-monopolista) e dos novos patamares financeiros e técnicos do processo de acumulação de capital; b) constituir-se em foco da atividade econômica e da concentração populacional; c) definir-se como área relativamente restrita onde interagem processos de forte concentração de população e de recursos, decorrentes do avanço da industrialização; d) constituir-se por um conjunto de cidades, cuja população é superior a 1.000.000 de habitantes; e) ser a aglomeração principal que exerce influência funcional, econômica e social sobre outras cidades menores, seja no plano regional, nacional, ou mundial; f) constituir-se em grande aglomeração urbana onde se vive uma espécie de “devastação subjetiva”.

Não há dúvida que a metropolização (o processo) e a metrópole (a forma), diferentemente das cidades existentes em períodos anteriores à modernidade, têm uma expressão definitiva por meio da qual se estabelece uma nova estrutura espacial e de usos em relação ao solo urbano, como também, uma transformação extraordinária no plano da estruturação da produção, da circulação e do consumo.

Isso nos leva a pensar no papel da metrópole no contexto da reprodução capitalista. Esta reflexão pode ser feita tomando como referência algumas premissas essenciais para a compreensão da problemática, por exemplo:

a) sendo um dado da modernidade, a cotidianidade capitalista se impõe instalando um determinado modo de vida que, por sua vez, necessita de um espaço próprio, seja quanto à sua forma, seja quanto ao seu conteúdo. A metrópole na sua estrutura e dinâmica interna parece atender a essa necessidade;

b) como resposta às necessidades que lhe dão sentido, a metrópole, enquanto forma, busca autonomizar-se, poder-se-ia dizer até que tem sido autonomizada em face de seu conteúdo. Pelo menos tem sido esta a estratégia do urbanismo e do planejamento na concepção de um urbano programado e coagido pelas formas. A racionalidade estabelecida é aquela voltada para a reprodução das relações de produção dominantes, por isso, não é sem sentido que os adeptos do “racionalismo burocrático” concebem a realidade metropolitana simplesmente a partir da (re)arrumação do território e do planejamento.

No Brasil, conforme nos mostra Santos (1993), a maioria dos estudos metropolitanos caracteriza-se por dois aspectos. Primeiro, pelo fato de se voltarem

para um planejamento limitado e restritivo, sempre estiveram mais preocupados em obter uma definição formal que material, ou seja, de conteúdo, do fenômeno metropolitano. Segundo, pelo fato de que esses estudos e intervenções tiveram prosseguimento para dar respostas a questões tópicas como habitação, transportes, etc., foram marcadamente influenciados para esses objetivos pelas agências financiadoras, nacionais e estrangeiras.

É do período autoritário a gênese de um padrão de desenvolvimento urbano que vai se reproduzir em todo o território brasileiro, cuja característica fundamental obedece a uma determinada racionalidade da vida moderna. Emerge, por exemplo, um padrão de assentamentos residenciais disperso e extenso, concebido pelo Estado através, inicialmente, do Banco Nacional da Habitação (BNH), ao mesmo tempo em que os agentes imobiliários, também incentivados pelo Estado, fazem da verticalidade não só um elemento definidor de um estilo de morar e de vida, como também conseguem mesmo criar nela um aspecto da identidade da própria metrópole.

Além disso, multiplicam-se os signos da modernidade altamente aderentes à vida metropolitana: os condomínios fechados, como sinônimos de segurança e qualidade de vida; os *shopping centers*, como verdadeiros templos do consumo; as ruas, como espaços precípuos do automóvel; os cemitérios-parques, como um novo estilo de referenciar a morte, e tantos outros.

Alguns desses elementos procurarão ser visualizados e analisados tendo em vista a realidade belenense. Busca-se, com isso, entender como esses signos passam a compor um estilo de vida que se pode dizer metropolitano; não porque se realizam única e exclusivamente nessas

megacidades impregnadas dos símbolos da modernidade, mas, principalmente, porque nelas são melhor visualizados e, a partir delas, ganham projeção e produzem outros espaços, programando cotidianos.

O ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM: MODOS DE VIDA, SIGNOS E COTIDIANIDADE

As aparências, assim como as essências, são persistentemente enganosas, e o real nem sempre pode ser captado, mesmo numa linguagem extraordinária.

Mas isso torna o desafio mais instigante, especialmente quando, vez por outra, tem-se a oportunidade de decompor tudo e reconstruir o contexto.

(Edward Soja)

A metropolização de Belém assume um caráter de inserção em um processo amplo de reprodução do capital e de seu “gênero de vida”, metafóricamente falando. Como entender esse processo à luz da compreensão da reprodução social? A emergência de um padrão de assentamentos residenciais disperso e extenso, por exemplo, revela duas implicações. De um lado, a necessidade de expandir a fronteira urbano-imobiliária (Lavinhas & Ribeiro, 1991) – espaços de difusão da habitação como mercadorias e que abrem as possibilidades de reprodução do capital imobiliário no espaço urbano – e de outro, instaurar a verticalidade das habitações, resguardadas pelo signo de um estilo de vida moderno, mais seguro e eminentemente urbano.

Para isso, os agentes imobiliários privados fazem da verticalidade não só um elemento definidor de um estilo de morar e de viver na cidade. Nesse propó-

sito, as formas arquitetônicas arrojadas e a suntuosidade dos edifícios encarregam-se de simular ambientes deslocados da Belém empobrecida – que apresenta, em termos relativos, não só o maior número de ocupações urbanas, como também, de mutuários inadimplentes em relação ao Sistema Financiamento da Habitação (SFH) – sinônimo de urbanização concentrada verificada na região amazônica nas últimas décadas, como também conseguem criar nela uma identidade da própria metrópole, que cresce e se moderniza.

É a importância das imagens como mercadorias, conforme sustenta Harvey (1992), que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido. São signos que se instalam e que se mostram estreitamente ajustados e vinculados à forma espacial metropolitana.

Instaura-se a supremacia do objeto e da mercadoria. Nesse contexto, o consumidor e o objeto consumido não são os elementos de maior importância nesse mercado de imagens que produz, diversifica e ao mesmo tempo homogeneiza o urbano. É, sem dúvida nenhuma, através da representação do consumidor e do ato de consumir, que se dá o processo de substituição e de deslocamento ideológico entre o sujeito e o objeto. Vai-se mais além, conseguindo-se não só afastar e até mesmo apagar a consciência da alienação, como também acrescentar-se outras (Lefebvre, 1991).

Cria-se, por exemplo, a necessidade suprema de se habitar apartamentos, registro de um modo de vida de camadas médias da sociedade e que passa a ser extensivo às classes populares. Programadas por esse novo estilo de vida, e resguardadas pela “segurança” de morar em condomínios, estas últimas não se objetam a viver em apartamentos de 34m²,

com prestações exorbitantes para o seu poder aquisitivo, situados em bairros dormitórios na Área de expansão urbana, que só fazem reforçar o padrão disperso dos novos assentamentos residenciais. Por trás desse estilo está a baixa qualidade dos imóveis, a substituição de hábitos próprios do homem amazônico e, principalmente, a facilidade de lucros que proporciona esse padrão de moradia “popular”, dada a intensificação e o aproveitamento do solo.

Através da estratégia de solo criado busca-se produzir mais imóveis em um mesmo espaço onde se produziria, por exemplo, uma só habitação térrea. Além disso, busca-se economizar com a não instalação de elevadores, já que se tratam de prédios de no máximo quatro pavimentos, nos quais não é exigida a obrigatoriedade desse tipo de equipamento.

Ademais, esse padrão de assentamentos contribui para redefinir a disposição da estrutura urbana, uma vez que estimula a suburbanização das classes de baixa renda, corroborando, assim, para a redefinição das territorialidades do morar e de seus agentes promotores. Dessa forma, as áreas de baixadas¹ centralmente localizadas, antes espaços da pobreza, vêm, gradativamente, sofrendo uma metamorfose de sua paisagem, através da qual, projetos de saneamento e macrodrenagem arrasam a paisagem anterior para produzir espaços de interesses para os agentes imobiliários voltados à implantação de moradias para as frações sociais de melhor poder aquisitivo, a chamada demanda solvável. São áreas onde o espaço produzido não revela de imediato o processo de sua produção. Há elementos a serem explicados, decodificados e mensagens a serem elaboradas, posto que os promotores imobiliários multiplicam os

signos do bem-estar, do estilo, do moderno, da riqueza e da prosperidade, desfazendo, com muita habilidade, o sentido primeiro da produção desses espaços, a saber, a rentabilidade.

Acompanha, nesse mesmo grau de simulação, a produção ou a reconstituição de necessidades, engolidas pela vida metropolitana. A metropolização significa, assim, expropriação e perdas em relação ao próprio urbano, concebido na sua multiplicidade de temporalidades. É a hegemonia de uma temporalidade que implica subtrações diversas, ao mesmo tempo em que são recriadas as perdas através de simulações. Isso acontece quando a forma metropolitana faz a vida urbana “virar as costas para o rio”, “engolir os cursos naturais”, como os igarapés, abundantes no interior da cidade, “aniquilar o verde” e outras amenidades, para depois recriá-las.

Nos últimos anos, na Região Metropolitana de Belém (RMB), têm-se multiplicado os projetos imobiliários chamados condomínios fechados horizontais, distantes do centro metropolitano. Se antes, essa era uma tendência pouco provável, hoje, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras, esse estilo mais ameno de usufruir da metrópole sem envolver-se completamente no seu “caos”, estilo este importado de cidades do Primeiro Mundo, começa a marcar a paisagem metropolitana belenense, seguindo a trilha da fronteira urbano-imobiliária que se expande cada vez mais. Hoje é significativo o número de grandes condomínios fechados que inauguram essa nova maneira de morar, com nomes bastante sugestivos, como “Green Garden”, “Green Ville”, “Cristal Ville” e “Via Bella”.

Esse tipo de sugestão caracteriza aquilo que Certau (1994) considera como

relação entre práticas espaciais e práticas significantes:

Por um paradoxo apenas aparente, o discurso que leva a crer é aquele que priva do que impõe, ou que jamais dá aquilo que promete. Muito longe de exprimir um vazio, de descrever uma falta, ele o cria. Dá lugar a um vazio. Deste modo, abre clareiras; 'permite' que se faça o jogo num sistema de lugares definidos. 'Autoriza' a produção de um espaço em jogo (Spielraum) num tabuleiro analítico e classificador de identidades. Torna o espaço habitável (Certau, 1994, p. 186).

A distância em relação ao centro metropolitano e ao interior da Primeira Légua Patrimonial², onde se concentram os principais equipamentos urbanos de consumo, já não aparece mais como variável que dificulta os interesses dos agentes imobiliários produtores de um novo estilo de morar. No jogo de imagens ao qual a mercadoria encontra-se envolta, os condomínios horizontais fechados surgem dotados de uma infra-estrutura de satisfação plena a seus moradores, como clubes, setores esportivos, ruas pavimentadas e ajardinadas, esquema de segurança próprio, guarita de controle muito bem equipada, linha de ônibus especial para levar as crianças aos melhores colégios situados na área central de Belém, residências confortáveis, e muitas amenidades, dentre as quais destacam-se os espaços verdes.

Recriam-se, portanto, as perdas imprimidas pela vida metropolitana e busca-se vendê-las como imagens-mercadorias no mesmo estilo de vendas de imagens que se realizam em outros ambientes metropolitanos. Isso acontece a despeito de Belém se constituir em uma metrópole amazônica envolta por um ambiente ecológico que pouco tem sido valorizado pelo

urbanismo nela reproduzido e muito tem copiado de outros modelos extra-locais.

Na difusão de um novo estilo de morar, propaga-se o verde como uma grande conquista diante do caos urbano que se tornou a área mais central e reforça-se o aspecto da segurança como responsável por uma maneira de neles viver bem, segurança essa perdida diante da grandiosidade que se tornou a cidade. A imagem criada reforça-se através do discurso que propaga a mercadoria, associada a um estilo moderno de vida urbana, ainda que mais tarde essa imagem possa ser desmistificada.

Após a corrida das empresas na produção de condomínios fechados, começam a surgir os primeiros resultados negativos desse tipo de empreendimento. E isso se dá por fatores diversos que incluem as condições de urbanização da fronteira urbano-imobiliária em Belém, e as condições de empobrecimento da população metropolitana que apresenta uma qualidade de vida dificilmente comparada a daquelas metrópoles que vêm desenvolvendo esse padrão de segregação sócio-espacial contemporâneo.

A produção desses condomínios surgiu como uma alternativa de superação da crise do setor imobiliário expressa em nível nacional e local. Buscou-se então produzir, em vez de moradia propriamente dita, principalmente as condições de infra-estrutura em espaços segregados, os condomínios exclusivos, onde a mercadoria comercializada são os lotes devidamente equipados e cuja administração condominial fica muitas vezes a cargo da própria firma empreendedora. O difícil, entretanto, tem sido convencer, mesmo diante dos apelos para a "fuga da cidade" e da paradoxal "busca da natureza", a opção por esse tipo de moradia, quando o

ritmo de produção da infra-estrutura nesses vetores de expansão urbana é ainda muito lento e de cunho bastante precário, e quando o fator segregação é apenas aparente, bem diferente, portanto, dos chamados “subúrbios aprazíveis” dos centros urbanos de Primeiro Mundo.

Se na Primeira Léguas, as baixadas chegavam a contornar os setores residenciais mais seletos próximos ao núcleo central, na Área de Expansão esses setores sociais de *status* diferentes chegam mesmo a conviver lado a lado, levando a acreditar que esse tipo de segregação não passa de simples retórica.

Nesse sentido, o que parece ser a tendência mais provável é o reforço do padrão já manifesto que prioriza a Área Central, com algumas alterações: a ampliação do tipo de reprodução social de bairros como Nazaré, Batista Campos, Reduto e Umarizal para os bairros do Marco, Pedreira, Fátima, e, em menor escala, para os demais bairros da Primeira Léguas, considerando que projetos como o de Macrodrenagem da Bacia do Una, ao que parece, exercerão um papel semelhante àquele verificado na antiga área de baixada da Doca de Souza Franco (nos bairros do Reduto e Umarizal), em décadas anteriores. Naquela, verificou-se, após as obras de drenagem e intervenção urbana, uma verdadeira corrida imobiliária, criando-se, assim, um espaço seletivo no interior da malha urbana, adjacente ao núcleo central de Belém. Os discursos elaborados em torno de projetos, como o da Macrodrenagem da Bacia do Una chegam mesmo a mostrar o resultado daquela experiência de intervenção urbana como o cenário desejável para esse tipo de ação.

Acompanhando esse processo, a tendência é a de consolidação da cidade dispersa, sendo esta a dimensão espacial

do processo de reprodução do capital com a reafirmação das divisões de mercados e com escalas de atuação diferenciadas, sendo que as empresas de menor força de ação tendem a continuar na dependência direta dos programas de financiamento do SFH na Área de Expansão, em especial na direção de Ananindeua e Icoaraci, sob pena de não confirmarem sua permanência no mercado. Ao passo que, através do programa de lotes urbanizados, ação prioritária da Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) hoje, e do processo ainda presente de ocupações urbanas, confirma-se a tendência de maior adensamento urbano dos municípios de Marituba, Benevides e também do distrito de Icoaraci, como de fato já vem acontecendo.

Essa tendência de padrão de segregação urbana implica, igualmente, o perfil de meio ambiente urbano que se produz. A grandiosidade da malha metropolitana nega um tipo de paisagismo e de ambiente urbano mais ameno e de melhor qualidade. Nesse sentido, Belém vem perdendo, em termos relativos, seu verde para o concreto e para a valorização do metro quadrado de cada fração de seu espaço. As mangueiras, quando muito, ficaram restritas à cidade antiga e, sob o pretexto da funcionalidade, do saneamento, da eficiência e da modernização da estrutura física da cidade, que passou a adquirir “ares” metropolitanos, as baixadas passam a ser gradativamente aterradas, desconsiderando-se o seu formato natural. Os inúmeros igarapés que cortam a densa malha urbana são simplesmente transformados em canais, retificados e, em muitos casos, revestidos de concreto. Às suas margens passam a surgir as vias expressas que possibilitam uma circulação rápida para o automóvel. Neste contexto, sanear também significa descaracterizar

as formas da natureza ao invés de potencializá-las e valorizá-las como elementos integrantes da paisagem urbana.

A representação do urbano comporta idéias paradoxais como a de abertura de “janelas para os rios”, sugerindo a negação pela metrópole, da cidade ribeirinha e de suas vias fluviais; ou mesmo quando se faz da orla de uma vala (canal de drenagem artificial) – que antes era um igarapé (canal de drenagem natural), onde os barcos ancoravam trazendo produtos do interior da região – um dos lugares privilegiados e um dos principais pontos de encontro e entretenimento no contexto da metrópole³.

Em decorrência disso, proliferam-se os simulacros da “cidade ribeirinha” e da “cidade das mangueiras”, presentes nas denominações que identificam espaços do morar e dissimulam as perdas, num jogo constante de forma-conteúdo, significado-significante.

De “cidade das mangueiras” e “cidade ribeirinha”, Belém se torna simplesmente a grande cidade, que não deixa muito a desejar ao estilo dos grandes centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo - referências simbólicas marcantes aos modos de vida que se implantaram na “metrópole da Amazônia”.

Por um momento, poder-se-ia mesmo estar falando de qualquer outra grande cidade brasileira e não propriamente de Belém, já que as formas, os signos, a vida e a urbanidade muitas vezes se confundem, reafirmando, assim, o consumo programado e dirigido. Fotocopiada, a cidade se fragmenta, se mutila, se aliena e se anula. Seu espaço aparece como um cenário que conduz à passividade, à ilusão e à evasão, onde o real é metamorfoseado e transfigurado, buscando seduzir e fascinar:

Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a sua própria alienação e a dos outros. Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a *não-identidade* e, com isso o *não-lugar*, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida (Carlos, 1995, p. 2).

Esse envolvimento do indivíduo no ambiente metropolitano reúne um duplo deslocamento, seja pelo caráter de subordinação e passividade perante a produção imediata do ambiente metropolitano, conduzido em especial pelos agentes imobiliários, seja pela sua inserção em um processo amplo de reprodução social, responsável por redefinir o nível micro de sua existência, sua vida cotidiana, em que suas necessidades deixam de ser gradativamente voluntárias e passam a ser todas elas programadas.

Os objetos de consumo, aderentes à metrópole, reforçam a idéia do consumidor em prejuízo do homem criativo, estabelecendo hábitos marcados pela repetição e pela relação desconexa entre sujeito e objeto, tal como acontece em ambientes onde as mercadorias, o consumo e as necessidades programadas reinam absolutas. Exemplo disso são os *shopping centers*, “templos do consumo” que se tornam espaços propícios a essa artificialidade da vida moderna.

Diferentemente de outras grandes cidades, só recentemente (início da década de 90), e quase que simultaneamente, foram instalados dois *shopping centers* em Belém. Antes disso, a cidade se ressentia desse tipo de equipamento, levando a população a proclamar a sua instalação como uma conquista, tal o sentido que lhe foi atribuído.

A instalação desses *shopping centers* representou uma mudança radical nos hábitos e costumes dos belenenses. O ato de ir às compras em Belém parece ter-se revolucionado nos últimos anos. O ambiente climatizado substitui o calor equatorial, característico do comércio tradicional. Além do mais, a chuva da tarde que sempre fez com que o belenense fizesse do guarda-chuva um objeto integrante de sua indumentária diária, transformou-se em um objeto absolutamente dispensável nos “templos do consumo”.

Nesses ambientes, produzidos para reinar a mercadoria, as características ambientais da região não parecem fazer parte do cenário fotocopiado de outras metrópoles. O ar de segurança, a proteção em relação às intempéries, a modernidade, o acesso às mercadorias da moda vendidas através das *franchising*, mostram-se como ganhos, como de fato acontece, mas são ganhos estreitamente relacionados ao consumo e às necessidades programadas que, em contrapartida, estabelecem a evasão em relação ao lugar e à anulação do próprio indivíduo⁴. Este passa a ser considerado como, no sentido etimológico da palavra, um elemento dividido pelo ver (Eberle, 1980).

A necessidade de tais ambientes, no plano da representação, não aparece como sendo a supremacia do objeto e da mercadoria sobre o indivíduo, mas tão somente como uma conquista deste último por uma qualidade de vida melhor. Há, por assim dizer, um “clima” de Primeiro Mundo que desloca o indivíduo de seu lugar, fazendo-o pleno de desejos, necessidades supremas e também de satisfação.

Esse novo estilo de se relacionar no e com o urbano redefine elementos bastante tradicionais e típicos da Belém

não moderna. Gradativamente deixa de ser comum, por exemplo, o hábito de se reunir na esquina da rua, ao redor da “banca de tacacá”, para o “bate-papo” de final de tarde da vizinhança. Em lugar disso, cada vez mais os pontos-de-encontro têm sido os *fast-food* e as praças de alimentação dos *shoppings*, que incrementam esse tipo de espaço de lazer com músicas ao vivo, festivais, etc.

A capturação desses hábitos amazônicos se faz também muito presente. Nos próprios *shopping* já se verificam determinados quiosques que vendem, além de outras coisas, as comidas regionais. A artificialidade dos mesmos, entretanto, é altamente contrastante com a originalidade desse costume amazônico que prima pela espontaneidade e também pelo folclore do lugar.

Poder-se-ia dizer, sim, que qualquer um desses signos e objetos que se vinculam à forma metropolitana poderiam estar em qualquer uma outra cidade que não necessariamente no espaço metropolitano, mas pode-se dizer, igualmente, que é a metrópole que lhes dá projeção e que os reúne, dada a simultaneidade, possibilitando sua supremacia sobre os homens e suas relações:

O que faz a unidade desta categoria de objetos é o fato de serem produzidos por organizações e se interpor nas relações interindividuais. Eles revolucionam as relações tradicionais entre os homens, mediando-as. Não tanto por suas funções utilitárias, mas por suas funções de signos. Todos os objetos, suportes de signos, introduzem um novo modo de comunicar entre os homens e transformam suas relações sociais (Guillaume *apud* Pintauid 1992, p. 17).

Nesse momento, a forma urbana e os objetos que lhe são aderentes realizam sua pseudo-autonomia em relação ao conteúdo social. E se impõem pela coação.

A forma urbana que se impõe traz consigo um modo de vida e uma nova urbanidade, que pressupõe a existência da metrópole, repleta de contradições e que comporta práticas e representações necessárias à sua existência. Há como que uma tendência à supremacia do mundo das formas como representações traduzindo-se na abertura de novos horizontes que cria possibilidades para a existência de espaços abstratos, espaços mercadorias (Campos Jr, 1993). A metropolização de Belém assume esse caráter.

DAS COAÇÕES AOS RESÍDUOS

*Sob o familiar descubram o insólito
Sob o cotidiano desvelem o inexplicável
Que tudo que é considerado habitual
provoque inquietação
Na regra, descubram o abuso
E sempre que o abuso for encontrado
Encontrem o remédio*

(Bertold Brecht)

Na sociedade moderna as práticas se colocam muitas vezes no plano da alienação do indivíduo que desenvolve uma relação de estranhamento no que diz respeito ao seu espaço e ao seu lugar, criando-se o não-lugar e a não-identidade. A necessidade de reproduzir relações mais gerais provoca uma outra necessidade: a de programar os níveis mais recônditos da vida social. Nesse processo, o espaço, como dimensão da sociedade, entra como elemento imprescindível na estratégia de uma dada lógica de reprodução social, fazendo surgir a necessidade de analisar as práticas cotidianas dos indivíduos e o

espaço de sua existência imediata. O vivido e o lugar ganham aqui potencialidade e importância.

Nesse sentido, há de se considerar três níveis de análise relacionadas ao espaço, conforme nos propõe Lefebvre (1974): a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação. A prática espacial é a dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e de funcionalidades distintas. A representação do espaço é o concebido, representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber e ao poder. Ademais, expressa símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aquela concebida pelos planejadores, urbanistas e tecnocratas. O espaço da representação é o espaço vivido, que relaciona as diversas práticas cotidianas dos sujeitos, repletas de significados e que contêm a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras e dos símbolos, recobertos de códigos, linguagens e resíduos.

O entendimento do cotidiano no mundo moderno, como parte do processo de reprodução geral, pressupõe levar em conta esses três níveis de análise do espaço. Nas considerações sobre o desenho da forma metropolitana e de seu conteúdo, podemos constatar a vida metropolitana como produto e condição desse esquema de reprodução geral. Dessa maneira, a metrópole pode ser visualizada através da simultaneidade que ela se constitui. Na verdade, uma síntese da vida moderna. Nela cria-se uma identidade aparente, provoca-se o estranhamento e o deslocamento do indivíduo, proliferam-se signos, enfim, produz-se o **não-lugar** a partir da programação da vida cotidiana, e não de sua espontaneidade.

Como se garante a manutenção dessa forma metropolitana e de seu conteúdo?

As diretrizes do processo de (re)estruturação metropolitana são definidas pelos agentes hegemônicos da produção social do espaço, mas concorrem para essa conformação os demais agentes locais que estabelecem correlações de forças e redes de ação com vista à apropriação e o controle do espaço. Isto é facilitado pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço precipuamente enquanto valor de uso, em espaço mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços, como fragmentos de um imenso mosaico; sendo esta fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. Numa palavra, o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso. Para usufruir de determinados atributos do lugar, necessário se faz, portanto, que o mesmo se realize, antes de tudo, como valor de troca. É nesse sentido que os processos de valorização do espaço pressupõem a mercantilização dos lugares (Seabra, 1987).

A relação dialética da forma e do conteúdo aí se faz presente. Não há, por isso, uma separação mecânica entre essas duas dimensões da metrópole. Esta separação só existe no sentido de facilitar a sua apreensão, ainda que a visibilidade da primeira seja muito mais flagrante que a da segunda, não autorizando, entretanto, que se trate aquela como simples aparência. A forma nos dá acesso ao conteúdo, sendo concomitantemente sua exteriorização e sua manifestação fenomênica. Esse tipo de interpretação da forma espacial permite considerar-se as territorialidades como condição e meio de sua existência.

Mas o cotidiano é também obra, criação; e não se limita somente às coa-

ções. A reação a estas se manifesta como resíduo, ao mesmo tempo em que se torna um elemento em potencial para a sua superação. Como relata Certau (1994, p. 172) ao discorrer sobre as práticas de espaço: “escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível”.

Na sociedade urbana, expressão mais reveladora da cotidianidade, essas práticas merecem ser visualizadas e analisadas para, quem sabe, proporcionar outras leituras geográficas do cotidiano, pois o urbano, além de simultaneidade, é também encontro. E nos dias atuais, essa premissa parece ser cada vez mais válida. A noção de territorialidade urbana pode ajudar para que se avance nessa perspectiva.

Há, sem dúvida, uma dimensão da espacialidade dos agentes urbanos vinculada às práticas imediatas dos lugares que podem ser definidas como configuradoras de territorialidades. Ao utilizar-se esta expressão coloca-se o acento na relação entre sujeitos ou agentes, relação esta mediada pelo próprio espaço como produto, meio e condição de reprodução das relações sociais.

A despeito das territorialidades formalmente constituídas, que delimitam práticas espaciais institucionalizadas ou mesmo hegemônicas, manifestam-se outras que se pode adjetivá-las de subjetivas. As cidades da Amazônia, como Belém, se mostram ricas de identidades espaciais, capazes de configurar diferentes territorialidades. Caboclos, indígenas, migrantes nordestinos, ribeirinhos, que inscrevem no urbano sua cultura, seus valores, suas representações e suas territorialidades, desenvolvem, muitas vezes, práticas espaciais

que escapam à racionalidade do modo de vida e dos objetos que se sobrepõem à multiplicidade das diferenças.

Situar essas práticas, fazer a prescrição do uso em relação ao espaço, como uma maneira diferenciada de inserção, de convivência e de relação com e no urbano, implica também detectar as reações às coações impostas pela lógica da reprodução social, apontando seus resíduos no plano da espacialidade dos agentes. Esta parece ser uma incursão analítica possível e de grande importância para que se entenda essa dimensão da vida moderna em ambientes urbanos amazônicos.

NOTAS

¹ Essa denominação decorre das condições topográficas de certas frações da área urbana de Belém, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações periódicas.

² Área de terra de aproximadamente uma légua que constitui o patrimônio fundiário inicial da municipalidade, o chamado "rossio". Hoje, transformou-se na área mais valorizada do espaço metropolitano de Belém.

³ Trata-se do antigo Igarapé das Almas, ou das Armas, descaracterizado pelas intervenções urbanas ocorridas no seu entorno e transformado, mais tarde, em um canal de drenagem artificial.

⁴ Uma das chamadas comerciais do Shopping Castanheira, a quando da sua inauguração era o fato de que, além de oferecer uma grande área reservada ao lazer, com parque de diversão, cinemas, jogos e brinquedos eletrônicos e excelente praça de alimentação, constituía-se em um dos poucos *shopping centers* do Brasil a possuir uma pista de patins no gelo, e isso em plena região equatorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F. *O turismo e a produção do não-lugar*. São Paulo: USP, 1995 (mimeo).
- CAMPOS JR., C. T. de. *O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES)*. São Paulo, 1993.

- Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CERTAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DAMIANI, A. L. *O lugar e a produção do cotidiano*. São Paulo, 1995. (mimeo).
- EBERLE, M. *O indivíduo como fator constitutivo da paisagem*. Tradução livre do Prof. Dr. Augustin Wernet. Gissen: Anebas-Verlag, 1980. (mimeo).
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAVINAS, L. Padrão metropolitano e relações sociais. In: RIBEIRO, A.C.; MACHADO, D. *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1990. p. 110-27.
- LAVINAS, L.; RIBEIRO, L. C. Terra e capital na urbanização do campo e da cidade. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 69-84.
- LEFEBVRE, H. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- PINTAUDI, S.M. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S.M.; FRÚGOLI JR., H. (Orgs) *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: UNESP, 1992. p.15-43.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEABRA, O. C. L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: tietê e pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, A. C. da. *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano; o caso de São Paulo: o bairro da Consolação*. São Paulo, 1982. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

